

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 007/2026
PROCESSO DE COMPRA Nº 008/2026

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cruzeiro, situado à Av. Nesralla Rubez, 519 - Centro, Cruzeiro - SP, 12701-000, por intermédio de seu Diretor Presidente, Aristonio Vieira Gonçalves, torna público que realizará DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, fundamentada no Art. 75, Inciso II, de Lei Federal nº 14.133/2021, cujas especificações detalhadas encontram-se no Termo de Referência que acompanha este Aviso.

Data da abertura: **13/02/2026**

Link: www.novobbmnet.com.br

Data do Encerramento: **13/02/2026**

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O presente processo de dispensa tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação, por meio de dispensa de licitação, da **aquisição de E.P.I.s.**

1.1. A aquisição será conforme descrição constante abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT.	UN
01	Avental de proteção confeccionado em PVC vinil transparente 100% impermeável	12	UN
02	BOTINA DE COURO	141	PR
03	Luva tricotada em algodão	12	PR
04	Perneira de proteção confeccionada em couro sintético	20	PR
05	Sapato de proteção unissex	02	PR
06	Respirador do tipo PFF3	12	UN

1.1.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço do item**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante a utilização do Sistema BBMNET, disponível no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br

2.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas vedações do art. 14 da Lei 14.133/21.

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema BBMNET, a proposta com a descrição do objeto ofertado e a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o

horário estabelecidos para o fim de recebimento de propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta dispensa de licitação;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor.

3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.6. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, e assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, que atende as seguintes declarações:

3.6.1 Declaramos que inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.6.2 Declaramos o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber.

3.6.3 Declaramos o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento.

3.6.4 Declaramos nossa responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

3.6.5 Declaramos o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber.

3.6.6 Declaramos o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Quando houver variação mínima entre lances, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor

preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.7.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.7.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.7.2. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das **09h01** da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para início dos lances.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar suas propostas exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. conter vícios insanáveis;

- 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
 - 5.6.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;
 - 5.6.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
 - 5.6.3. será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.
- 5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado via sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.10. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat”

a nova data e horário para a sua continuidade.

- 5.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1 Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de 60 minutos, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.

6.1.1. É dever do fornecedor atualizar previamente os documentos para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.1.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.4. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.4.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às

especificações do objeto e as condições de habilitação

6.5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas no art. 155 da Lei 14.133/21 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/21:

- a) Advertência;
- b) Multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a

sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.4. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no site BBMNET, no site oficial do SAAE, e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo

agente competente da Administração na respectiva notificação.

- 9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, nos termos do art. 12, III e art. 64, da Lei 14.133/21.
- 9.9. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 9.9.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
 - 9.9.2. ANEXO II – Proposta de Preços
 - 9.9.3. ANEXO III – Termo de Referência

Cruzeiro, 09 de fevereiro de 2026.

Aristonio Vieira Gonçalves
Diretor Presidente do SAAE

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 007/2026

1. Habilitação Jurídica:

1.1. No caso de Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

1.3. No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.4. No caso de Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

1.5. No caso de Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.6. No caso de Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Regularidade Fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**), com situação cadastral atualizada.
- b) A inscrição no **cadastro de contribuintes** estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade para com o **Município** (mobiliário) da sede e em nome da empresa licitante.
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, por meio da respectiva Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de negativa, com prazo de validade em vigor na forma da lei;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União).
- f) Prova de regularidade perante o **FGTS**, através de certidão em vigor expedida pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular quanto aos recolhimentos (Lei Federal 8036/90).
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação da respectiva certidão negativa (CNDT), dentro de sua validade, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme Lei Federal 12440/11, aceitando-se também certidão positiva com efeito de

negativa.

3. Qualificação técnica

3.1 A participante deverá **apresentar atestado (s)**, emitido (s) em seu nome, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a realização de atividade anterior pertinente e compatível em características com o objeto da aquisição, demonstrando a aptidão da participante para realização do objeto solicitado.

3.2.1 O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade responsável pelo contrato e identificação do cargo do signatário. Não é necessário o reconhecimento de firma.

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 007/2026

Proponente:		
Endereço:		
Cidade:	Estado:	CEP:
Fone ()	Fax ()	E-mail:
CNPJ:	Insc. Estadual:	

PROPOSTA:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT.	UN	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	Avental de proteção confeccionado em PVC vinil transparente 100% impermeável ESPECIFICAÇÃO: Avental de proteção confeccionado em PVC vinil transparente 100% impermeável, com espessura de 0,30 mm e dimensões aproximadas de 1,20 m x 0,70 m. Proporciona proteção do usuário contra umidade, especialmente em operações com uso de água. O avental é sem mangas e sem gola, com fechamento por alças e tiras para suspensão no pescoço e ajuste na cintura, soldadas eletronicamente. Certificação: Produto com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho, atendendo plenamente à Norma NR-06 e às exigências de segurança para Equipamento de Proteção Individual (EPI).	12	UN			
02	BOTINA DE COURO DESCRIÇÃO COMPLETA: BOTINA DE COURO ESPECIFICAÇÃO: Botina de segurança; Material externo: Couro legítimo (vaqueta ou similar), cor preta; Material interno: Forro em tecido respirável (não inflamável), com reforço na parte traseira (calcanhar); Solado: Em poliuretano bidensidade (PU/PU), antiderrapante, resistente a óleo, combustível e abrasão; Fechamento: Elástico lateral ou cadarço (conforme modelo disponibilizado pelo fornecedor); Palmilha: Confortável, antibacteriana, removível e lavável; Biqueira: Sem bico de PVC ou aço, em conformidade com a atividade a ser exercida; Numeração: Diversos tamanhos, com quantidades por tamanho conforme especificado no Termo de Referência, variando entre 35 e 46, ou conforme demanda atualizada pela área requisitante; Norma técnica: Deve estar em conformidade com a NR-6 e possuir Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho;	141	PR			

	Embalagem: Individual, identificada com tamanho e fabricante; Garantia mínima: 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação; Observação: O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega, cópia do Certificado de Aprovação (CA) e ficha técnica do produto.					
03	Luva tricotada em algodão ESPECIFICAÇÃO: Luva tricotada em algodão, com banho de látex corrugado na palma e dedos, que garante alta aderência em ambientes úmidos. Possui dorso ventilado e formato anatômico para conforto e flexibilidade. Certificação: CA – Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho, conforme normas de segurança para EPI.	12	PR			
04	Perneira de proteção confeccionada em couro sintético ESPECIFICAÇÃO: Perneira de proteção confeccionada em couro sintético, com três talas frontais e duas talas laterais, oferecendo proteção das pernas contra agentes abrasivos e animais peçonhentos. Possui proteção integrada no joelho e reforço com fios de aço no metatarso, garantindo maior segurança ao usuário. Dimensões aproximadas: 42 cm de altura x 44 cm de panturrilha x 33 cm de tornozelo. O fechamento é unido, fixado por velcro e presilha, proporcionando ajuste seguro e firme. Garantia: Mínimo de 90 dias. Certificação: Produto com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho, atendendo às normas vigentes de Equipamento de Proteção Individual (EPI).	20	PR			
05	Sapato de proteção unissex ESPECIFICAÇÃO: Sapato de proteção unissex, confeccionado em elastômero termoplástico impermeável, na cor preto, com elástico nas laterais para melhor ajuste. Possui solado antiderrapante em borracha vulcanizada, fixado ao cabedal por colagem de total aderência, e salto monobloco em elastômero termoplástico. A palmilha de montagem é em EVA de alta densidade, revestida em tecido antialérgico e antimicrobiano, fixada ao cabedal por colagem. A palmilha de limpeza é composta por três camadas, com tecnologia de absorção e dessorção de suor e tratamento com nanopartículas de prata. O solado é antiderrapante em látex (100% borracha natural). O sapato é acondicionado em embalagem que garante a integridade do produto e atende às normas de segurança NBR 20344 / 20347, com Certificado de Aprovação (CA) válido do Ministério do Trabalho.	02	PR			
06	Respirador do tipo PFF3 ESPECIFICAÇÃO: Respirador do tipo PFF3, com válvula de exalação, oferecendo alta eficiência de filtragem para partículas sólidas e líquidas. Confeccionado em material leve e anatômico, com tiras elásticas ajustáveis e clipe nasal moldável para vedação adequada ao rosto. Certificação: Produto com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho, atendendo às exigências da NR-06 e demais normas aplicáveis a Equipamento de Proteção Individual (EPI).	12	UN			

					TOTAL	
--	--	--	--	--	--------------	--

1) a validade da proposta: mínimo de 60 dias.

2) Declaro que no preço ofertado já estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, deslocamento até a sede da contratante, frete e descarga, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

3) Declaro o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital de Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4) Declaro inexistir fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação desta Proponente no presente processo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5) Declaro estar ciente e concordar com as condições gerais da contratação, constantes no presente do Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;

6) Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o artigo 93 da Lei nº 8.213/91;

7) Declaro que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso VI do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021;

8) Esta Proponente se enquadra na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

Local _____ de _____ de 20_____.

Assinatura: _____

Representante Legal

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 007/2026

1 - Do objeto

Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como botina de couro, avental, luvas, perneiras, sapato de proteção e respiradores, para garantir a segurança dos funcionários e atender às demandas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cruzeiro.

2 - Justificativa e objetivo da contratação

A aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como botina de couro, avental, luvas, perneiras, sapato de proteção e respiradores, é necessária para garantir a segurança e a proteção dos funcionários durante a execução de suas atividades. O uso desses equipamentos contribui para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, além de atender às exigências da Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6), que obriga o empregador a fornecer EPIs adequados aos riscos existentes. Dessa forma, a compra dos EPIs é indispensável para assegurar condições adequadas de trabalho e o cumprimento das normas de segurança.

3 - Especificações Técnicas e Quantidades

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
1	Avental de proteção confeccionado em PVC vinil transparente 100% impermeável, com espessura de 0,30 mm e dimensões aproximadas de 1,20 m x 0,70 m. Proporciona proteção do usuário contra umidade, especialmente em operações com uso de água. O avental é sem mangas e sem gola, com fechamento por alças e tiras para suspensão no pescoço e ajuste na cintura, soldadas eletronicamente. Certificação: Produto com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho, atendendo plenamente à Norma NR-06 e às exigências de segurança para Equipamento de Proteção Individual (EPI).	12	UNIDADE
2	Botina de segurança; Material externo: Couro legítimo (vaqueta ou similar), cor preta; Material interno: Forro em tecido respirável (não inflamável), com reforço na parte traseira (calcanhar); Solado: Em poliuretano bidensidade (PU/PU), antiderrapante, resistente a óleo, combustível e abrasão; Fechamento: Elástico lateral ou cadarço (conforme modelo disponibilizado pelo fornecedor); Palmilha: Confortável, antibacteriana, removível e lavável; Biqueira: Sem bico de PVC ou aço, em conformidade com a atividade a ser exercida;	141	PAR

	Numeração: Diversos tamanhos, com quantidades por tamanho conforme especificado no Termo de Referência, variando entre 35 e 46, ou conforme demanda atualizada pela área requisitante; Norma técnica: Deve estar em conformidade com a NR-6 e possuir Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho; Embalagem: Individual, identificada com tamanho e fabricante; Garantia mínima: 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação; Observação: O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega, cópia do Certificado de Aprovação (CA) e ficha técnica do produto.		
3	Luva tricotada em algodão, com banho de látex corrugado na palma e dedos, que garante alta aderência em ambientes úmidos. Possui dorso ventilado e formato anatômico para conforto e flexibilidade. Certificação: CA – Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho, conforme normas de segurança para EPI.	12	PAR
4	Perneira de proteção confeccionada em couro sintético, com três talas frontais e duas talas laterais, oferecendo proteção das pernas contra agentes abrasivos e animais peçonhentos. Possui proteção integrada no joelho e reforço com fios de aço no metatarso, garantindo maior segurança ao usuário. Dimensões aproximadas: 42 cm de altura x 44 cm de panturrilha x 33 cm de tornozelo. O fechamento é unido, fixado por velcro e presilha, proporcionando ajuste seguro e firme. Garantia: Mínimo de 90 dias. Certificação: Produto com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho, atendendo às normas vigentes de Equipamento de Proteção Individual (EPI).	20	PAR
5	Sapato de proteção unissex, confeccionado em elastômero termoplástico impermeável, na cor preto, com elástico nas laterais para melhor ajuste. Possui solado antiderrapante em borracha vulcanizada, fixado ao cabedal por colagem de total aderência, e salto monobloco em elastômero termoplástico. A palmilha de montagem é em EVA de alta densidade, revestida em tecido antialérgico e antimicrobiano, fixada ao cabedal por colagem. A palmilha de limpeza é composta por três camadas, com tecnologia de absorção e dessorção de suor e tratamento com nanopartículas de prata. O solado é antiderrapante em látex (100% borracha natural). O sapato é acondicionado em embalagem que garante a integridade do produto e atende às normas de segurança NBR 20344 / 20347, com Certificado de Aprovação (CA) válido do Ministério do Trabalho.	2	PAR
6	Respirador do tipo PFF3, com válvula de exalação, oferecendo alta eficiência de filtragem para partículas sólidas e líquidas. Confeccionado em material leve e anatômico, com tiras elásticas ajustáveis e clipe nasal moldável para vedação adequada ao rosto. Certificação: Produto com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho, atendendo às exigências da NR-06 e	12	UNIDADE

	demais normas aplicáveis a Equipamento de Proteção Individual (EPI).		
--	--	--	--

4 - Dos Requisitos para Contratação

4.1 - Qualificação Técnica

Apresentação de atestado(s) que comprove(m) fornecimento anterior compatível com o objeto da licitação.

4.2 - Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

Comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, conforme legislação vigente.

5 - Condições de entrega

5.1 - Os materiais deverão ser entregues no prazo de até 7 (sete) dias após a emissão da autorização de fornecimento, no almoxarifado localizado na Rua Independência, nº 612 - Vila Paulista, CEP 12702-470, Cruzeiro - SP.

5.2 - O descarregamento dos materiais será de inteira responsabilidade do fornecedor, devendo ser realizado de forma adequada e segura, sem ônus adicional para a Administração.

5.3 - No ato da entrega, os materiais estarão sujeitos à conferência pelo fiscal. Constatada qualquer divergência quanto à quantidade, especificação, qualidade ou conformidade com o solicitado, o fiscal poderá recusar o recebimento total ou parcial, ficando o fornecedor obrigado a corrigir as irregularidades apontadas e efetuar nova entrega, sem prejuízo dos prazos e sem ônus para o SAAE de Cruzeiro.

6 - Pagamento

6.1 - Os produtos deverão ser entregues devidamente acompanhados da Nota Fiscal ou Fatura.

6.2 - O pagamento será realizado em 30 (trinta) dias, a partir da data da liquidação da despesa, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração.

6.2.1 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, o prazo para pagamento ficará sobrestado até que a Contratada regularize o erro.

7 - Forma e critério de seleção do fornecedor

7.1 - Menor preço do item.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – CNPJ. MF – 48.971.139/0001 - 09
AV. NESRALLA RUBEZ, 519 – CENTRO - 12.701 - 000 – CRUZEIRO – SP
TEL. (12) 3184 4000 – FAX. (12) 3184 4005 - PLANTÃO – 0800 77 15 095

8 - Estimativa de Preços

8.1 - O custo estimado é de R\$ 13.259,79 (treze mil duzentos e cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos).

9 - Adequação Orçamentária

9.1 - As despesas decorrentes deste certame correrão:

Ficha: 33

Conta: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de recurso: 04 - Recursos Próprios da Administração Indireta

10 - Fiscalização

10.1 - A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração especialmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Fiscal e Gestora: Ruth Aparecida Techeira da Silva

Departamento: Recursos Humanos

Cruzeiro, 20 de janeiro de 2026.

Ruth Aparecida Techeira da Silva

Departamento de Recursos Humanos